



3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS/TO**

Autos nº 0005564-78.2019.8.27.2713

COTA:

O Ministério Público requer:

1. **certidão de antecedentes** do acusado, **nada constando**, requer-se a designação de audiência para propor a **suspensão condicional do processo**;
2. requer, também, que seja oficiado ao **INI** (Instituto Nacional de Identificação) em Brasília/DF, bem como o **INFOSEG**, comunicando a instauração da presente ação penal contra o denunciado, para fins de pesquisa futura e estatística criminal.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por meio de sua representante ministerial *in fine* assinada, no uso de suas atribuições privativas constitucionais, com base no incluso Inquérito Policial, vem na forma dos artigos 24 e 41, Código de Processo Penal, deflagrar **AÇÃO PENAL PÚBLICA** através desta

DENÚNCIA em desfavor de

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

RENATO BATISTA OLIVEIRA¹, brasileiro, solteiro, nascido em 21/03/1993 em Colinas do Tocantins/TO, filho de Raimundo Nonato Pereira e Ivone Batista de Carvalho Oliveira, CPF 051.182.331-27, **residente na rua do Rotary, 275, Setor jardim Campo Clube, em Colinas do Tocantins (cel: 99275-3920).**

Fato Delituoso:

- artigo 168, caput, do Código Penal.

Consta dos inclusos autos de Inquérito Policial que, no período compreendido entre dezembro de 2018 e maio de 2019, **RENATO BATISTA OLIVEIRA**, voluntária e conscientemente, *apropriou-se de coisas alheias móveis de que tinha a posse ou a detenção*, tendo como vítima **Pneu Aço Com. De Pneus de Colinas Ltda.**

Emerge dos autos que o denunciado trabalhava na referida empresa como gerente da loja de Colinas do Tocantins/TO e, valendo-se dessa condição, apropriou-se de mercadorias (28 pneus e algumas peças)², fato apurado em auditoria interna realizada pela própria empresa.

Assim, verificou-se que **RENATO BATISTA OLIVEIRA** mascarou sua apropriação faturando a mercadoria em nome de clientes da loja, os quais, ouvidos, afirmaram jamais terem realizado aquelas compras, as quais, de fato, não possuíam nem ordem de compra, nem autorização do cliente³.

Assim agindo, **RENATO BATISTA OLIVEIRA** incidiu na conduta descrita no **artigo 168, caput, do Código Penal**, pelo que se faz mister a deflagração da devida Ação Penal, seguindo o procedimento previsto no Código de Processo Penal, devendo ser **citado** para responder aos termos da presente demanda a fim de que, ao final, seja **condenado** na forma da lei.

Outrossim, requer a produção probatória com a oitiva da vítima e testemunha arrolada, bem como o interrogatório do acusado, fixando, se couber, a **indenização mínima** prevista no artigo 387, IV, do CPP.

1 Interrogatório no IP: EVENTO 1 DECL3 – nega os fatos.

2 Planilha no IP: EVENTO 1 ANEXO 6.

3 Notas e boletos no IP: EVENTO 1 BOL_OCO2.



3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

Colinas do Tocantins, 14 de maio de 2019.

CRISTINA SEUSER
Promotora de Justiça

Vítima/testemunhas:

- 1) Humberto Leão Malheiros** – rua Osvaldo Pacheco de Lima, 137, centro, em Colinas do Tocantins/TO (telefone: 63 98170-0220);
- 2) Deidiane Cristina Almeida leal** – Avenida Ruildemar Limeira Borges, 119, Setor Campinas (tel: 99252-9453 e 3476-3770);
- 3) Gilberto Faria Junior** – Rua José Pereira Lima, 1376, centro, em Colinas do Tocantins/TO;
- 4) Maurício de Souza Costa** – Avenida Benedito Pires, s/nº, em Itapiratins/TO;